

# A China e a Globalização: aspectos de uma estratégia nacional<sup>1</sup>

Marcos Cordeiro Pires<sup>2</sup>

## RESUMO

A reestruturação do setor produtivo estatal do governo central da China é um fenômeno que vem ocorrendo desde 1978, e ainda não se encontra concluído. De uma economia centralmente planejada, o governo da China introduziu uma série de transformações econômicas e sociais com vistas a modernizar a estrutura econômica do país. O carro-chefe dessas reformas foi a reintrodução de uma economia de mercado, convivendo lado a lado com um forte controle do Estado sobre as principais variáveis econômicas do país. Nesse processo, ocorreu a reestruturação da propriedade das empresas por meio da coletivização, criação de sociedades por ações, estabelecimento de joint ventures com empresas estrangeiras ou a privatização. O resultado deste processo foi a criação de um conjunto de holdings que atuam nos setores estratégicos da economia chinesas, como energia, transportes, telecomunicações, bens de capital e defesa. No âmbito deste breve artigo, focaremos o processo de Abertura e Modernização como a expressão de um projeto nacional que procurou compreender as modificações da economia internacional e buscou adaptar as especificidades demográficas e produtivas da China de tal forma a tirar o melhor proveito do processo de globalização.

**PALAVRAS-CHAVE:** China, Capitalismo, Globalização.

## ABSTRACT

The restructuring of the state productive sector of the central government of China is a phenomenon that has occurred since 1978, and is not yet complete. In a centrally planned economy, China's government introduced a series of economic and social transformations in order to modernize the country's economic structure. The flagship of these reforms was the reintroduction of a market economy, living side by side with a strong state control over key economic variables of the country. In this process, there was a restructuring of ownership of enterprises by means of collectivization, the creation of joint stock companies, establishing joint ventures with foreign companies or privatization. The result of this process was the creation of a set of holding companies that operate in strategic sectors of China's economy such as energy, transport, telecom, capital goods and defense. Within this brief article we will focus on the process of opening up and modernization as the expression of a national project that sought to understand the changes in the international economy and sought to adapt the demographic characteristics of China and productive so you get the best out of globalization .

**KEYWORDS:** China; Capitalism; Globalization.

*“O Processo de Reforma e Abertura rendeu resultados substanciais. A economia de mercado socialista assumiu*

---

1 Artigo submetido em 10/03/2011 e aprovado para publicação em 10/04/2010.

2 Professor da Unesp Campus Marília. Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. E-mail: [mcp@marilia.unesp.br](mailto:mcp@marilia.unesp.br)

*inicialmente suas formas. O setor público da economia se expandiu e progressos foram feitos no âmbito da reforma das empresas estatais. Trabalhadores independentes ou de empresas privadas e de outros setores não públicos da economia se desenvolveram bastante rápido. A obra de construção do sistema de mercado tem estado em pleno andamento. O macro-sistema de controle tem melhorado constantemente. O ritmo das mudanças nas funções de governo tem sido acelerado. Reforma nas finanças, tributação, no setor bancário, distribuição, habitação, instituições governamentais e outras áreas continuou a se aprofundar. A economia aberta desenvolveu rapidamente. O comércio internacional de mercadorias e serviços e os fluxos de capital têm crescido acentuadamente. Reservas internacionais da China têm aumentado consideravelmente. Com a sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), a China entrou numa nova fase da sua abertura". (ZEMIN, 2002A) (tradução MCP)*

O ingresso da China na Organização Mundial do Comércio, em 2002, foi o coroamento de uma série de medidas adotadas pelo governo chinês para recriar uma economia de mercado naquele país. Considerando que 25 anos antes o país apresentava uma economia centralmente planejada, o processo de mercantilização exigiu um esforço muito grande por parte do governo, atuando de maneira empírica e sem nenhum planejamento prévio que pudesse guiar o processo.

A substituição do sistema de controle total dos preços e, conseqüentemente, de preços fortemente subsidiados, pela instituição de preços de mercado, baseados nos custos de produção, não foi uma tarefa imediata, como ocorrido nos países da ex-União Soviética sob o "tratamento de choque"

do FMI. Ao contrário, foi um processo sinuoso, uma vez que os dirigentes do Partido Comunista Chinês tateavam o processo de reforma considerando tanto os problemas locais como a conjuntura internacional. Além disso, as milhares de empresas estatais foram alvo de inúmeras ações políticas, de tal forma a ajustar suas especificidades à estratégia geral de modernização.

A reestruturação do setor produtivo estatal do governo central da China é um fenômeno que vem ocorrendo desde 1978, e ainda não se encontra concluído. De uma economia centralmente planejada, o governo da China introduziu uma série de transformações econômicas e sociais com vistas a modernizar a estrutura econômica do país. O carro-chefe dessas reformas foi a reintrodução de uma economia de mercado, convivendo lado a lado com um forte controle do Estado sobre as principais variáveis econômicas do país. Nesse processo, ocorreu a reestruturação da propriedade das empresas por meio da coletivização, criação de sociedades por ações, estabelecimento de *joint ventures* com empresas estrangeiras ou a privatização. O resultado deste processo foi a criação de um conjunto de *holdings* que atuam nos setores estratégicos da economia chinesas, como energia, transportes, telecomunicações, bens de capital e defesa.

Diferentemente do que ocorreu nos países da América Latina ou do antigo Bloco Soviético, o processo de reestruturação das empresas públicas não levou ao enfraquecimento do Estado, mas, ao contrário, seu fortalecimento, na medida em que possibilitou a criação de grandes conglomerados produtivos, a modernização tecnológica das empresas e a sua internacionalização. Atualmente, grupos chineses como LENOVO, AVIC, BAOSTEEL,

WUHAN IRON & STEEL, HUAWEI, CHINA MOBILE, PETROCHINA, HAIER, TCL, CHERY, entre outros, estão se consolidando como dinâmicas empresas multinacionais.

No âmbito deste breve artigo, focaremos o processo de Abertura e Modernização como a expressão de um projeto nacional que procurou compreender as modificações da economia internacional e buscou adaptar as especificidades demográficas e produtivas da China de tal forma a tirar o melhor proveito do processo de globalização. Nesse sentido, este artigo está dividido em três partes. Na primeira, será feita uma breve descrição do processo de abertura. Em seguida, faremos algumas reflexões sobre o modelo chinês *vis-à-vis* ao modelo de liberalização patrocinados pelos organismos financeiros internacionais. Por fim, discutiremos alguns aspectos do processo de reestruturação da propriedade estatal na China.

### **1 – A instituição de uma “economia socialista de mercado”**

Durante a maior parte do período de 1949 a 1978 a economia chinesa esteve submetida a um complexo sistema centralizado de planejamento econômico. As linhas fundamentais de uma economia de mercado, tais como a propriedade privada dos meios de produção, a busca do lucro como objetivo central da atividade produtiva, a formação do preço das mercadorias por meio da mediação entre o custo de produção e a “lei da oferta e demanda”, a produção de mercadorias por unidades (teoricamente) independentes de acordo com as necessidades do mercado e o valor do dinheiro representando as trocas de mercadorias

pelo seu valor não existiam na economia chinesa sob o modelo de planejamento anterior a 1978.

Cabe recordar que o modelo econômico da República Popular da China foi inspirado nas experiências da ex-União Soviética, particularmente na criação de um sistema centralizado de planejamento econômico. De acordo com a visão dos teóricos soviéticos, o planejamento centralizado teria como vantagem a possibilidade de administrar racionalmente a economia, já que a alocação dos recursos produtivos poderia ser feita por meio de sofisticadas técnicas de programação, calculadas por um complexo sistema de equações. Ademais, apresentaria a vantagem de suprimir um dos principais vícios da economia capitalista, qual seja, o ciclo econômico. De fato, ao se ajustar a oferta de bens de produção e bens de consumo aos objetivos traçados no Plano, aparentemente se suprimiria uma das principais causas das crises econômicas que era a superprodução, decorrente da “anarquia” da produção capitalista (NOVE, 1988).

Durante os primórdios da República Popular, milhares de técnicos soviéticos contribuíram para a montagem da economia socialista na China, particularmente de um forte setor produtivo de bens de capital. No entanto, as divergências políticas entre Nikita Krushev e Mao Zedong, após o processo de “desestalinização” iniciado pelo líder soviético, levaram ao distanciamento dos dois países e ao início de novas experimentações socialistas na China, como o “Grande Salto para Frente”, entre 1958 e 1960, que já antevia a iminente ruptura com a URSS, e a “Revolução Cultural”, cujo auge ocorreu entre 1966 e 1970, que tinham por objetivo a criação de uma economia essencialmente auto-suficiente (SPENCE, 1996).

Na prática, as experimentações da era maoísta criaram uma atmosfera de grande disputa ideológica e forte comoção social, impactando diretamente o desempenho econômico do país. Se por um lado estimulava o “espírito revolucionário das massas”, influenciando diretamente na produtividade *per capita*, por outro levava a distorções econômicas decorrentes que processos produtivos pouco eficientes e descentralizados (Grande Salto) e/ou disputas ideológicas e campanhas de correção de atos considerados anti-revolucionários, o que em alguns casos levou ao deslocamento de quadros técnicos e científicos para o trabalho de reeducação nos campos (Revolução Cultural).

A morte de Mao e a ascensão de seus adversários ao poder, após a prisão de seus mais próximos colaboradores, o chamado “Bando dos Quatro”, viabilizou o processo de revisão dos fundamentos da economia socialista, primeiramente no campo, onde as Comunas foram extintas e substituídas pelo sistema de responsabilidade familiar sobre cada lote de terra e posteriormente por todas as atividades produtivas<sup>3</sup>.

Formalmente, o processo de reforma e abertura da economia chinesa decorreu das decisões do Comitê Central do Partido Comunista, em dezembro de 1978, durante a 3ª sessão plenária do 11º Comitê Central, quando foram reforçadas as linhas estratégicas das Quatro Modernizações,

---

<sup>3</sup> Do ponto de vista econômico e das relações internacionais, vale mencionar que o processo de inflexão política e econômica da China, no sentido de maior liberalização, teve início ainda no período maoísta, quando os líderes chineses, principalmente Zhou Enlai, buscaram uma relação estratégica com os Estados Unidos para se contrapor à influência soviética na Coreia do Norte, no Vietnã, no Laos e, indiretamente, na Índia. Dessa parceria, o governo chinês conseguiu obter o apoio do Conselho de Segurança da ONU para substituir Taiwan como representante do povo chinês naquele foro. Ademais, a necessidade de modernização da economia do país demandava modernas tecnologias e insumos, o que implicava abandonar a estratégia de auto-suficiência. Decorrente disso, antes de 1976, já se pode verificar uma sensível modificação no comércio exterior e o ingresso de capitais ingleses (Rolls Royce) e japoneses (Japan Steel) no país (PIRES, 2008).

defendidas anteriormente por Zhou Enlai e implementadas a partir de então. Elas compreendiam a modernização da agricultura, da indústria, das forças armadas e do desenvolvimento científico e tecnológico. Para viabilizar o programa, gradativamente o governo chinês foi deixando de lado a economia centralmente planejada e introduziu uma série de transformações econômicas e sociais com vistas a modernizar a estrutura econômica do país. O carro-chefe dessas reformas foi a reintrodução de uma economia de mercado, convivendo lado a lado com um forte controle do Estado sobre as principais variáveis econômicas do país.

É importante destacar que a opção pelo “socialismo de mercado”, a partir de 1978, não decorreu de um plano previamente delineado, mas “atravessando o rio tateando as pedras”, conforme afirmam os líderes chineses. O doutrinário foi substituído pelo pragmatismo, conforme se depreende da afirmação de Deng Xiaoping de que “não importa a cor do gato, o que importa é que ele cace os ratos”. Por conta dessa premissa, cada operação que parecia bem sucedida em uma região era apoiada e estendida para o resto do país, os fracassos eram prontamente abandonados. A introdução de Zonas Econômicas Especiais, no entorno de Hong Kong e Taiwan, e o ingresso de capitais estrangeiros serviram de “balão de ensaio” do processo de modernização e abertura que se seguiria nas décadas seguintes.

A queda da União Soviética, em 1991, e a conseqüente perda do poder político por parte do Partido Comunista da União Soviética deixaram atônitos os líderes chineses. Depois de um período de vacilo quanto ao futuro das reformas (1989-1993), um acordo costurado por Deng Xiaoping com setores do Exército Popular de Libertação e governos provinciais que

mais haviam se beneficiado das reformas modificou o jogo de forças no seio do PCCh para o 14º Congresso do Partido, em 1993. Os reformistas, tendo à frente Jiang Zemin e Zhu Rongji, aprofundaram o processo reforma, já que compreendiam que a melhor maneira de legitimar o poder político do PCCh seria por meio do crescimento econômico e da elevação da *renda per capita*. Ademais, como forma de refutar as críticas à esquerda de que o governo estaria traindo o socialismo, ponderava Jiang Zemin:

“O socialismo é a fase inicial do comunismo e a China está na fase inicial do socialismo, quer dizer, na fase do subdesenvolvimento. Neste grande país oriental, é uma grande vitória nossa tomar o caminho socialista após um período da nova democracia. Mas no momento em que a China aderiu ao socialismo, estava muito atrasada em relação aos países desenvolvidos em termos de nível de desenvolvimento das forças produtivas. Por isso estamos destinados a passar por uma fase inicial do socialismo bastante prolongada. Durante essa fase devemos realizar a industrialização e a socialização, a orientação para o mercado e a modernização da economia. Esta é uma etapa histórica e não podemos saltar por cima dela”. (ZEMIN, 2002B, p. 215)

Diante dessa “inevitabilidade histórica”, caberia aos dirigentes chineses acelerar o processo de acumulação de capital, dotando o setor privado dos meios necessários para o seu desenvolvimento e processando uma profunda reforma no aparato produtivo estatal. Nesse contexto, ocorreu a reestruturação da propriedade das empresas por meio da coletivização, criação de sociedades por ações, estabelecimento de *joint ventures* com empresas estrangeiras ou a privatização. Em suma, o governo chinês adotou um projeto nacional que melhor se adequou à sua estratégia de desenvolvimento econômico, conforme discutiremos a seguir.

## **2 – Uma estratégia nacional de desenvolvimento sob o processo de globalização**

Muito se discute acerca do caráter do desenvolvimento econômico chinês. Apesar de opiniões que buscam enxergar este processo como a implantação de um certo “neoliberalismo com características chinesas” (Harvey, 2005), observa-se naquele país a adoção de uma estratégia econômica e social calcada numa ativa participação do Estado nos rumos do desenvolvimento do país. O fim do planejamento centralizado não significou o fim do planejamento na economia chinesa. Os planos quinquenais definidos pelo Governo Central continuam a balizar a atuação de todos os agentes econômicos, públicos e privados, nacionais e estrangeiros.

A experiência chinesa foi uma estratégia nacional para a adaptação ao processo de globalização, um contraponto ao modelo de liberalização ditado pelos organismos financeiros internacionais que ficou conhecido como “Consenso de Washington” ou, nas economias do ex-bloco soviético, como “Tratamento de Choque”. Essas políticas econômicas e sociais coordenadas pelo Estado são denominadas por Joshua Ramo como “Consenso de Pequim”, que ele resume em três teoremas (RAMO, 2004):

- a) O primeiro diz respeito ao papel essencial do Estado no apoio a políticas de inovação, não apenas de dominar o atual arcabouço científico, mas de criar uma própria tecnologia. As políticas educacionais e econômicas do governo chinês têm proporcionado ao país criar centros de excelência em setores de alta tecnologia, montados,

ademais, em grandes empresas estatais, muitas delas controladas pelo Exército Popular de Libertação;

- b) O segundo teorema refere-se ao modelo de desenvolvimento chinês, que procura manter a sustentabilidade e a equidade entre as classes sociais, em que pesem a instabilidade e as disparidades sociais decorrentes dessa situação. A liderança chinesa atribui a este aspecto de sua política o nome de "Sociedade Harmônica". Nesse sentido mais uma vez se apresenta o poder do Estado ao coordenar a sociedade, tanto no que se refere à migração interna (cujos efeitos devastadores aparecem nas favelas das grandes cidades latino-americanas), como na política de refrear a explosão demográfica, por meio da política de filho único;
- c) Por fim, o Consenso chinês está baseado numa teoria de autodeterminação, que influencie e desperte na sociedade grandes forças para que ela possa se mover com suas próprias pernas.

Em essência, a estratégia chinesa foi bem diferente de outras experiências de liberalização implementadas em escala mundial a partir de meados da década de 1980, em que a privatização, a desregulamentação, a abertura desenfreada da economia e das finanças criaram novas vulnerabilidades para os debilitados países que tiveram de adotar os modelos do FMI e do Banco Mundial. De modo distinto dos países latino-americanos, a China buscou se adaptar às transformações econômicas de forma ativa, identificando suas vantagens pré-existentes e procurando adquirir novas competências. De acordo com Santillan e Silbert (2005: 14-15)

O governo reformista da China entendeu rapidamente a globalização econômica como um fato, e como um fato vinculado à transnacionalização das atividades das empresas multinacionais, a partir da segmentação dos processos produtivos. Os dirigentes chineses conheciam muito bem este fenômeno e queriam integrar-se a ele. Pois bem, como? Para responder esta pergunta, se formulou (a) um princípio estratégico que serviu como axioma que orientou toda decisão política ulterior: a defesa da soberania política e econômica do país, subordinando a modernização econômica a este princípio; e (b) uma precisa noção de "globalização". Por esta, o governo entende o desenvolvimento de um processo estruturado em forma de rede, através da transnacionalização das atividades das empresas multinacionais. Nesta estruturação, o predomínio das hierarquias corporativas é central, contrariamente às noções de economias nacionais ou de "mão invisível" dos mercados globais. (tradução MCP)

Antes de um "Estado Mínimo", optou-se por um Estado enxuto com grande capacidade de intervenção. A eficiência deste processo é similar às novas estratégias militares: diminuiu-se o contingente de soldados e intensifica a capacidade de ataque com sofisticados armamentos. Nesse sentido, a liderança chinesa teve que lidar com as seguintes variáveis: (a) as limitações impostas por um modelo de planejamento centralizado; (b) as oportunidades criadas pelas transformações na economia mundial no período, particularmente o processo de globalização; (c) a estrutura educacional chinesa e a formação de quadros científicos e técnicos adequados para os novos processos produtivos; (d) o processo de agregação de valor na cadeia produtiva mundial; (e) o referencial administrativo norteador das estratégias das empresas; (f) o papel do capital estrangeiro no processo de modernização e conglomeração das empresas estatais; e (g) a criação de um mercado de capitais, parcialmente controlado pelo governo, como forma de criar fontes alternativas ao orçamento estatal para o financiamento das empresas.

### 3 – Reter as Grandes e Soltar as Pequenas: a reestruturação das empresas estatais

A reestruturação do aparato produtivo estatal, as chamadas State-Owned Enterprises (SOEs) foi um aspecto central na estratégia chinesa de desenvolvimento. Entre 1995 e 2000, sob a política de “reter as grandes e soltar as pequenas” centenas de milhares de empresas foram coletivizadas, privatizadas ou simplesmente fechadas pelo governo. Por outro lado, naqueles setores considerados prioritários, o governo processou um forte movimento de concentração de capitais, de forma a permitir uma atuação mais racional e também usufruir dos ganhos de escalas proporcionados pelas grandes unidades.

**Tabela 1 – Valor Produção Industrial Bruta por Tipo de Propriedade (%)Ano**

	1978	1980	1985	1990
SOEs	77.6	76.0	64.9	
54.6				
Empresas Coletivas	22.4	23.5	32.1	
35.6				
Outras*	0.0	0.5	3.0	
9.8				

\* “Outras” inclui empresas privadas e multinacionais.

Fonte: The National Bureau of Statistics, *China Statistical Yearbook*. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2008/indexee.htm> Apud Jinglian Wu (2004)

**Tabela 2 - Total de Vendas no Varejo por Tipo de Propriedade (%)**

Ano	1978	1980	1985	1990
SOEs	54.6	51.4	40.4	39.6
Empresas Coletivas	43.3	44.6	37.2	
31.7				
Outras *	2.1	4.0	22.4	28.7

\* “Outras” inclui empresas privadas e multinacionais.

Fonte: The National Bureau of Statistics, *China Statistical Yearbook*. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2008/indexee.htm> Apud Jinglian Wu (2004)

O resultado deste processo foi a criação de um conjunto de *holdings* que atuam nos setores estratégicos da economia chinesas, como energia, transportes, telecomunicações, insumos industriais, bens de capital e defesa, convivendo lado a lado de um crescente setor produtivo privado. Um dado importante desse processo, é que em 2007, de acordo com o anuário estatístico da China<sup>4</sup>, o volume de trabalhadores chineses no setor privado alcançava 147 milhões de pessoas, contra aproximadamente 30 milhões de empregados das empresas públicas.

As tabelas 1 e 2 descrevem a diminuição do peso relativo das empresas estatais (*state-owned enterprises – SOEs*) na economia chinesa desde o começo daquela década. Na análise das tabelas, chama atenção o crescimento exponencial das empresas privadas, que em 1990 representavam 9,8% no valor agregado da produção industrial e 28,7% das vendas no varejo, partindo de patamares insignificantes em 1978. Já as SOEs e as empresas coletivas, que em 1978 representavam 97,9% das vendas no varejo e praticamente 100% do valor agregado da indústria, apresentaram um significativo recuo nas vendas a varejo, da ordem de 27,1%, e no valor da produção da ordem de 9,8%. De fato, este diferencial de desempenhos nos faz concluir que o setor não-privado estava pouco envolvido em setores intermediários da produção industrial, concentrando-se em bens de consumo, diferentemente das SOEs. Aliás, conforme discutiremos mais adiante, as empresas estatais terão suas

---

<sup>4</sup> China Statistical Yearbook 2008. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2008/indexee.htm>

atividades industriais concentradas em setores considerados estratégicos, notadamente na indústria pesada.

Por conta deste quadro, podemos concluir que as empresas industriais estatais estavam entre os setores mais impactados pelas reformas econômicas. Na medida em que avançava a economia de mercado, a estrutura de custos dessas empresas se mostrava onerosa fazer frente à concorrência imposta pelas empresas privadas e multinacionais, tanto no mercado chinês como em ultramar. Grande parte deste custo estava associada à rede de assistência social que essas empresas tinham que arcar na proteção de seus trabalhadores e de suas famílias. No jargão chinês, o sistema era denominado de “tigela de ferro de arroz”.

Por esse sistema, cada unidade de trabalho urbana, chamada *Danwei*, deveria prover aos seus trabalhadores as condições sociais para o seu desenvolvimento, como moradias, assistência médica, educação, lazer e aposentadoria. Os trabalhadores de cada unidade tinham estabilidade no emprego e suas vidas estavam diretamente ligadas ao destino da empresa. É importante ressaltar que durante o período de forte centralização, cada unidade deveria produzir as mercadorias demandadas pela Comissão do Plano, e o valor das mercadorias produzidas era definido muito mais pelas necessidades gerais da população do que pelos efetivos custos de produção. Dependendo do grau de importância que a mercadoria tivesse na economia, seus preços finais seriam subsidiados. Ademais, a satisfação das necessidades materiais dos trabalhadores não estava diretamente ligada ao nível de produtividade geral da

empresa e nem do desempenho individual de cada empregado. Se por acaso a força de trabalho estivesse desmotivada, a ameaça da demissão não poderia ser utilizada pelos gerentes para forçá-los a aumentar a produção. Em suma, a lógica do sistema socialista era a de proporcionar, na medida das possibilidades, os bens necessários para a sobrevivência dos trabalhadores, fossem estes materiais ou culturais.

A manutenção de tal sistema, dentro de um contexto de economia de mercado implicava um peso significativo da estrutura de custos de cada unidade produtiva. A concorrência derivada do processo de mercantilização e da abertura de alguns setores industriais, somado ao fato que o governo gradativamente retirava os subsídios e liberava os preços, fez com que a situação financeira de muitas empresas beirasse a insolvência. Empréstimos de bancos públicos permitiram que algumas delas pudessem enfrentar as dificuldades conjunturais, mas no médio prazo, se não ocorresse uma reestruturação, estariam fadadas à falência, garantiam os dirigentes chineses.

Devido a isso, o processo de reestruturação da propriedade estatal implicou duros sacrifícios para os trabalhadores urbanos de empresas públicas que assistiram ao desmonte do sistema de previdência social que estava associado a cada unidade de trabalho. Num período de poucos anos, milhões de trabalhadores foram demitidos de milhares de empresas enquanto que os ativos públicos passaram por um processo de reestruturação, que levou à conglomeração, coletivização, criação de sociedades por ações, *joint ventures* com empresas estrangeiras, a

privatização da maior parte das empresas do governo central da China ou simplesmente o fechamento de parte delas.

Quando se analisa o impacto das reformas sobre a propriedade estatal durante a década de 1990, sob as diretrizes do 9º Plano Qüinqüenal (1996-2000), verifica-se um forte enxugamento das SOEs e também do nível de emprego nesse setor. Não obstante, nota-se o expressivo aumento das vendas dessas empresas e a recuperação de sua lucratividade. A tabela 3, a seguir, oferece uma visão simplificada desse fenômeno.

**Tabela 3 - China - Indicadores das Empresas Estatais do Governo Central**

Ano	Número de empresas Unidades	Total de Ativos 100 milhões s yuan	Ativos Fixos 100 milhões s yuan	Vendas 100 milhões yuan	Lucros Totais 100 milhões s yuan	Número de Empregados (1.000 pessoas)
1998	64.737		31.891		525	37.478
		74.916		33.566		
1999	61.301		33.939		998	33.946
		80.472		35.951		
2000	53.489		36.887		2.408	29.953
		84.015		42.203		
2001	46.767		38.638		2.389	26.751
		87.902		44.444		
2002	41.125		39.728		2.633	24.236
		89.095		47.844		
2003	34.280		42.118		3.836	21.629
		94.520		58.027		
2004	31.750		44.263		5.312	20.482
		101.594		71.452		

Fonte: National Bureau of Statistics – China. Disponível em: [http://www.allcountries.org/china\\_statistics/14\\_9\\_main\\_indicators\\_of\\_state\\_owned.html](http://www.allcountries.org/china_statistics/14_9_main_indicators_of_state_owned.html)

Pode-se constatar, a partir da leitura da tabela 3, a diminuição de 51% do total de empresas públicas e de 45% na quantidade de trabalhadores entre 1998 e 2004. Por outro lado, verifica-se o aumento da acumulação de capital, tanto nos ativos totais quanto nos fixos, da ordem de 34% e 37%,

respectivamente. De maneira similar, vendas e lucratividade apresentaram forte desempenho, da ordem de 113% e 1.011%! Adicionalmente, vale destacar que entre 1993 e 2004 a participação das empresas industriais estatais no produto declinou de aproximadamente 73% para perto de 15% do total. Nesse mesmo período, a participação dos trabalhadores de empresas estatais declinou de 17% para apenas 9%.

Não é difícil de perceber que parte da lucratividade das SOEs, após o período de reformas, decorreu da liquidação do sistema de “tigela de ferro de arroz” e o fim das Danwei. Ao retirar dessas empresas os custos da assistência social, jogando serviços como saúde, educação e moradia para o mercado, além de enxugar a força de trabalho, as empresas se encontravam livres para a obtenção de fortes lucros e, simultaneamente, do aumento de sua capitalização. A autonomia administrativa concedida pelo governo, por outro lado, permitiu que muitas desses pudessem desenvolver atividades altamente lucrativas, para além de sua vocação original.

**Tabela 4. Proporção das SOEs' em setores industriais específicos (%)**

Setor	Ano	Núm. de empresas	Valor Bruto Agregado	Valor Adicionado	Total Ativos	Receitas	Trabalhadores
<b>Mineração</b>	2000	47.3	82.5	87.0	93.0	84.5	n.a.
	2003	27.5	76.0	83.2	89.5	78.4	77.8
	2006	12.0	71.0	79.2	82.1	72.1	67.9
<b>Alimentos e Bebidas</b>	2000	47.0	37.5	40.4	51.5	38.2	n.a.
	2003	22.1	21.9	23.7	34.0	22.6	28.4
	2006	8.0	11.8	12.5	19.5	12.7	13.5
<b>Tabaco</b>	2000	87.2	98.3	99.1	98.2	98.3	n.a.
	2003	82.4	98.7	99.3	98.7	98.8	94.1
	2006	79.9	99.3	99.7	99.2	99.3	94.6
<b>Têxteis, couro e pele</b>	2000	17.0	21.1	22.9	35.6	21.8	n.a.
	2003	6.7	10.1	10.4	19.5	10.8	15.7
	2006	2.2	4.1	4.1	7.9	4.3	6.1
<b>Madeira e Mobiliário</b>	2000	21.7	12.2	13.9	30.3	12.0	n.a.
	2003	9.1	8.4	9.7	20.6	8.5	14.1
	2006	3.0	5.9	5.7	12.0	6.0	5.9
<b>Papel, gráfica e artigos para</b>	2000	33.6	24.8	29.3	42.8	25.8	n.a.

<b>cultura e educação</b>							
		17.6	18.3	21.5	33.0	18.7	19.0
		8.2	9.9	11.5	18.8	11.0	9.8
<b>Petróleos, carvão, combustíveis nucleares e química pesada</b>	2000	32.0	68.1	63.5%	75.8	69.4	n.a.
		16.6	57.6	52.3	62.0	59.0	48.7
		7.7	48.9	36.0	48.8	49.6	33.3
<b>Medicamentos</b>	2000	45.3	49.6	50.6	60.8	52.5	n.a.
		24.6	36.8	36.8	46.8	40.6	41.7
		11.0	19.9	19.0	29.5	21.9	24.2
<b>Fibras sintéticas, plásticos e borracha</b>	2000	17.8	29.9	30.4	46.0	30.3	n.a.
		7.9	16.1	15.7	27.4	16.6	16.8
		3.3	10.9	9.2	17.1	11.5	10.6
<b>Metais ferrosos e não ferrosos</b>	2000	24.7	46.2	49.9	65.6	48.4	n.a.
		12.7	38.2	42.4	53.9	40.1	36.3
		5.9	29.4	32.1	43.0	31.0	23.5
<b>Máquinas e Equipamentos</b>	2000	34.2	39.6	40.3	61.8	40.8	n.a.
		18.3	33.8	33.2	50.5	34.6	42.7
		7.4	23.3	21.9	34.1	23.3	23.2
<b>Equip. de Transporte</b>	2000	40.1	67.0	67.2	78.2	68.3	n.a.
		23.9	62.1	64.3	70.4	63.4	54.6
		12.7	50.2	48.4	58.2	51.4	39.6
<b>Equip. eletrônicos, de comunicação, computação e escritório</b>	2000	26.3	30.0	32.5	44.9	30.5	n.a.
		16.5	31.7	34.7	44.5	31.8	31.8
		6.6	8.8	9.4	15.9	8.8	9.2
<b>Serviços de energia elétrica, gás, água e aquecimento</b>	2000	87.8	85.1	87.1	89.3	90.4	n.a.
		81.4	83.2	85.5	88.9	89.5	90.4
		69.7	88.2	86.0	87.3	89.0	87.1

Fonte: China Statistical Yearbook, apud OECD (2009).

Atualmente, em torno de 150 *holdings* estatais compõem o patrimônio produtivo do governo central da China e, sob elas, milhares de subsidiárias formam uma intrincada rede de operações. De acordo com estudo da OCDE (2009:13), embora as SOEs tenham diminuído de maneira geral sua participação em muitos setores produtivos, ela continuam jogando um papel dominante em industriais estratégicas, como petróleo, alimentos, combustíveis

nucleares, matérias-primas químicas, equipamento de transporte, mineração e suprimento de energia elétrica, gás e água. Elas se tornaram a coluna vertebral da economia de mercado do país, conforme se pode verificar na tabela 4, onde se constata a predominância das SOEs nos setores-chave da economia.

Ao controlar as atividades-chave da economia, as autoridades chinesas puderam atuar de maneira mais ativa nas estratégias nacionais de desenvolvimento econômico. A atuação do governo chinês após o estouro da crise financeira, quarto trimestre de 2008 foi exemplar. As políticas anticíclicas adotadas desde então fizeram com que a economia da China continuasse em crescimento apesar da forte contração da economia mundial. O gasto interno, estimulado pela demanda pública, compensou internamente a queda das exportações. Outros países, particularmente aquelas ex-repúblicas socialistas da Europa Centro-Oriental, que abraçaram a “teoria do choque”, continuam a enfrentar grandes dificuldades sem possuir mecanismos nacionais que possam compensar a queda da demanda das economias industrializadas. Já na América Latina, após uma sucessão de crises financeiras, é justamente a demanda chinesa que tem auxiliado na saída da crise.

### **Considerações Finais**

Conforme assinalamos no começo deste artigo, o processo de modernização da economia chinesa, apesar de apresentar notáveis logros, ainda é um processo em construção. No entanto, apesar de inconcluso, podemos tirar

algumas lições para a sociedade brasileira da bem sucedida experiência econômica e social da República Popular da China iniciada em 1978. São elas:

- a) Apesar de a China se inserir de maneira agressiva no mercado mundial e de reduzir a atuação do Estado na economia, os mecanismos estatais de controle são muito poderosos, de tal forma que o Partido Comunista ainda exerce um papel predominante no controle do Estado e da economia chinesa, seja pelo controle do crédito, da energia, dos transportes, dos setores de maior intensidade tecnológica e de todas as variáveis macroeconômicas;
- b) As menções ao “socialismo científico” nos estatutos do Partido Comunista Chinês não parecem ser palavras vazias. A compreensão de que a China deve avançar suas forças produtivas antes de aprofundar a luta de classes tem proporcionado o fortalecimento da economia e do poder nacional chinês. De país periférico, na década de 1970, a China se tornou a terceira maior potência econômica do mundo e a segunda potência comercial. Não obstante, não se pode perder de vista que o país, em termos de renda *per capita*, ainda está muito distante dos países desenvolvidos e os problemas sociais (como desemprego, longas jornadas de trabalho, ausência de abrangente política de bem-estar social etc.) e ambientais são latentes. O que importa é que o desenvolvimento chinês tende a melhorar esta situação e não a piorá-la;

- c) Os impactos da ascensão chinesa então presentes em todas as partes do mundo, seja por sua abundante e barata oferta de bens de consumo, pelo deslocamento de tradicionais produtores industriais, pela enorme concorrência por matérias-primas e combustíveis, pelas imensas reservas internacionais, ou, até mesmo, pelo aumento da taxa de exploração dos trabalhadores de outros países, já que os empresários de todas as partes do mundo sonham em pagar salários chineses para seus empregados. Ademais, a ascensão chinesa está contribuindo para o deslocamento do eixo econômico mundial do Atlântico para a bacia do Oceano Pacífico, o que também leva à transferência do poder mundial para aquela região;
- d) A experiência de desenvolvimento da China deve ser levada em conta num país de condições econômicas, sociais e dimensões geográficas relativamente parecidas, como o Brasil. Em 1980, quando as reformas chinesas começaram a deslançar, nosso país possuía um PIB maior do que o da China e maior presença internacional. Passados quase 30 anos, quando reformas liberais destruíram a capacidade de ação do poder público e desnacionalizaram importantes setores da economia brasileira, é preciso abandonar o preconceito liberal que ainda persiste em meio à parcela da elite local e iniciar uma política econômica em que o Estado tenha um papel mais ativo. Isto poderia significar para o país uma estratégia mais eficiente do que o "Consenso de Washington", cujos contornos ainda são bem nítidos na política macroeconômica do Brasil.

Para, além disso, tal como fizeram os chineses, os dirigentes brasileiros deveriam superar o discurso ideológico e preconceituoso dos liberais contra a atuação estatal na economia e adotar uma política pragmática quanto a este aspecto. A crise financeira, iniciada em 2008, tem jogado por terra muitos desses pressupostos liberais. Adicionalmente, o apoio estatal ao desenvolvimento educacional e tecnológico torna-se fundamental, com vistas a uma estratégia de inserção soberana na economia mundial, que poderia significar, em médio prazo, melhores condições materiais para a população brasileira.

### Referências Bibliográficas

- HARVEY, David. (2005) *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford Press.
- NBS – NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/>
- NOVE, A. (1989) *A economia do socialismo possível*. São Paulo: Ática.
- PAULINO, L.A.; PIRES, M.C. (2007) A China se levantou: o mundo terá o que temer? *Revista Sociologia, Ciência e Vida*. São Paulo. Ano I, número 6, 2007. p-44-57.
- OECD. (2009) *State Owned Enterprises in China: Reviewing the Evidence*. OECD Working Group on Privatisation and Corporate Governance of State Owned Assets. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/14/30/42095493.pdf>
- PIRES, Marcos Cordeiro. (2008) *Brasil e China na globalização*. São Paulo: LCTE Editora.
- RAMO, Joshua C. (2004) "Beijing Consensus". Londres: "The Foreign Policy Centre". Disponível em: <http://fpc.org.uk/fsblob/244.pdf>. acessado em 23/04/2007.
- SANTILLÁN, G.; SILBERT, J. (2005) "Un aporte a la comprensión de la República Popular China hoy: economía, intervención estatal y consecuencias sociales". *Revista Herramienta*: Buenos Aires – Argentina. nº 29. Junio de 2005.
- SHANGQUAN, Gao; FULIN, Chi. (1995) *Theory and reality of transition to a market economy*. Beijing: Foreign Languages Press.

SPENCE, Jonathan D. (1996) *Em busca da China moderna: quatro séculos de historia*. São Paulo: Companhia das Letras.

WU, Jinglian (2004). "Market Socialism" and Chinese Economic Reform. Conference Paper submitted to The IEA's Round Table on "Market and Socialism Reconsidered". Disponível em:

<http://www.bm.ust.hk/~ced/iea/Wu%20Jinglian%20IEA%20paper.doc>

ZEMIN, Jiang. (2002A) Jiang Zemin's Report at 16th Party Congress. Disponível em:  
<http://www.china.org.cn/english/features/49007.htm#1>.  
Acessado em 20/ago/2005.

ZEMIN, Jiang. (2002B) *Reforma e construção da China*. Rio de Janeiro: Record.